



UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA

OPVC OBSERVATÓRIO PERMANENTE VIOLÊNCIA & CRIME

OPVC

Relatório

TRÁFICO DE SERES HUMANOS

Ana Sani, Laura Nunes e Sónia
Caridade

Relatório

TRÁFICO DE SERES HUMANOS (TSH)

Coordenadores do estudo

Ana Sani, Laura Nunes e Sónia Caridade

Colaboradores na investigação

Ana Rial

Catarina Almeida

Cristiano Nogueira

Inês Vouga

Tânia Cruz

Conclusão do relatório: outubro, 2015

Data de Publicação: 2016

ISBN: 978-989-643-137-2

Edições: Fundação Fernando Pessoa

Local: Porto

Índice

Introdução	1
Âmbito do Projeto	2
Enquadramento conceptual.....	3
Método	4
Resultados do Inquérito	6
A. Parte I – Dados Sociodemográficos	6
B. Parte II – Conhecimento do TSH	11
C. Parte III – Perceção do TSH	15
Análise reflexiva	23
Referências.....	27

Índice de Tabelas

Tabela 1. Distribuição por frequências quanto ao sexo.....	6
Tabela 2. Distribuição por frequências quanto à idade por intervalos.	6
Tabela 3. Distribuição por frequências quanto à nacionalidade.	7
Tabela 4. Distribuição por frequências quanto a viverem sós ou acompanhados.....	7
Tabela 5. Distribuição por frequências relativamente às pessoas com quem coabitam.....	7
Tabela 6. Distribuição por frequências quanto ao estado civil.....	8
Tabela 7. Distribuição por frequências quanto à escolaridade.	8
Tabela 8. Distribuição por frequências quanto à situação ocupacional.	9
Tabela 9. Área/tipo de trabalho ou de estudos.....	9
Tabela 10. Conceção sobre o Tráfico de Seres Humanos.	11
Tabela 11. Acesso a informação sobre o TSH.....	12
Tabela 12. Obtenção de informação sobre o TSH.	13
Tabela 13. Suficiência da informação sobre o TSH em Portugal.....	13
Tabela 14. Contributos para a obtenção de informação sobre o TSH.....	14
Tabela 15. Perceção sobre a frequência do TSH em Portugal.....	15
Tabela 16. Outros crimes relacionados com o TSH.....	15
Tabela 17. Perceção sobre os crimes mais associados ao TSH.....	16
Tabela 18. Perceção sobre o crescimento do fenómeno TSH.....	17
Tabela 19. Justificações para o aumento ou não do TSH.	17
Tabela 20. Portugal na rota do TSH.	18
Tabela 21. Fatores de vulnerabilidade ao TSH.....	19
Tabela 22. Grupos etários mais vulneráveis a serem vítimas de TSH.....	19
Tabela 23. Relação entre a vítima e a pessoa que a envolve no TSH.....	20
Tabela 24. Conhecimento/contacto com uma situação de TSH.....	20
Tabela. 25. Contacto com as autoridades.....	21
Tabela 26. Autoridades contactadas devido ao TSH.....	21
Tabela 27. Classificação de medidas para prevenir/combater o tráfico de seres humanos.....	22

Introdução

O estudo sobre o tráfico de seres humanos (TSH) é de inegável pertinência social não apenas pela visibilidade crescente que o fenómeno tem vindo assumir no nosso país, mas sobretudo pela necessidade de que a informação obtida possa servir para melhorar a prevenção e o combate a este fenómeno. O imperativo de uma maior consciência social do problema, em particular daqueles que possam exhibir uma vulnerabilidade acrescida como vítimas desse fenómeno, obriga-nos a uma reflexão séria sobre este crime no estado atual das sociedades contemporâneas (Santos, Gomes, Duarte, & Baganha, 2008).

Em Portugal é na década de 90 que esta problemática do TSH começa a surgir como centro das preocupações das agendas políticas e de organizações que, direta ou indiretamente lidam com temas associados a este crime (Silva & Albano, 2011). Na atualidade o TSH é uma das grandes prioridades políticas, criminais e sociais no nosso país, dadas as dimensões alarmantes que atinge e que exige a adoção de medidas de combate e de prevenção e uma abrangência e coordenações que transcende os limites disciplinares, setoriais e nacionais.

A par da necessidade de prevenção e de proteção das vítimas do TSH, este problema social impôs uma frente de combate em termos de legislação penal, dada a proliferação rápida deste crime, a associação que tem com outras problemáticas criminais, de elevado lucro e baixo risco para os seus agentes criminais. Em termos internacionais emergem diretrizes para a atuação como a Convenção do Conselho da Europa relativa à Luta contra o Tráfico de Seres Humanos, assinada em Varsóvia, e ratificada por Portugal em 2008, que surge como um marco incontornável para esta premissa. Outros documentos internacionais (cf. International Organization for Migration, 2015) e os planos nacionais (cf. CIG) podem ser facilmente consultados.

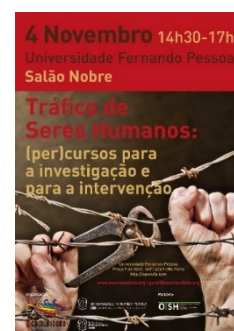
A realização de ações de sensibilização, a formação de agentes sociais, as medidas de intervenção levadas a cabo por organizações governamentais (OG) e não-governamentais (ONG) e a definição do TSH como uma prioridade política na agenda dos diversos Estados constituem elementos de incontestável importância. O desenvolvimento de estudos empíricos é igualmente um elemento de relevo para o diagnóstico das necessidades e do risco que enfrentam algumas populações mais vulneráveis, com vista à implementação de projetos sociais e de planos de intervenção que se enquadrem nos objetivos e missão das várias OG e ONG.

Âmbito do Projeto

Este estudo decorre do protocolo estabelecido entre a InComunidade e a UFP (Universidade Fernando Pessoa) através do OPVC (Observatório Permanente Violência e Crime) em maio de 2014. O referido protocolo de cooperação académica e científica cobre a possibilidade de parceria em diversos projetos que associem a missão e os interesses da InComunidade e os da Universidade Fernando Pessoa. Entre outros aspetos, o protocolo contempla a realização de estudos de carácter científico levados a cabo por investigadores do Observatório Permanente Violência e Crime (OPVC).

Nos meses seguintes à assinatura do protocolo foi constituída a equipa que trabalhou na construção de um instrumento que permitisse a recolha de informação sobre o conhecimento e as perceções sociais sobre o TSH. Após alguns meses de trabalho na elaboração do questionário (CPTSH) até meados de julho de 2014 e após testagem prévia dos instrumentos junto de grupos distintos em setembro desse mesmo ano, obtínhamos ainda nesse mês aquela que entendemos ser a versão final. De imediato avançamos para a recolha dos dados, enquanto paralelamente se fazia a construção da base de dados durante o mês de outubro. Os dados obtidos foram sendo inseridos enquanto decorria o processo de administração do inquérito.

A parceira instituída prevê, entre outros, a realização de eventos científicos e neste sentido realizámos em inícios de novembro um seminário sobre o tema intitulado «Tráfico de seres humanos: (per)cursos para a investigação e para a intervenção». O evento visou apresentar o plano de atividades levado a cabo por ambas as entidades a respeito do problema do tráfico de seres humanos, quer ao nível da vertente formativa levada a cabo pela InComunidade junto de populações específicas quer a vertente relativa à investigação científica a ser executada pelo OPVC. O encontro que contou com palestrantes provenientes do Observatório de Tráfico de Seres Humanos (OTSH) e da Comissão para a Cidadania e Igualdade do e Género (CIG), bem como com a presença de instituições envolvidas nas questões do tráfico de seres humanos.



De seguida faremos um breve enquadramento teórico ao fenómeno, para depois passarmos à apresentação do método e dos resultados obtidos.

Enquadramento Conceptual

O fenómeno do tráfico de seres humanos apesar de não ser um assunto recente, tem vindo a preocupar instituições governamentais, organizações não-governamentais, meios de comunicação social e os Estados em geral, devido às repercussões que está a atingir a nível mundial (Santos, Gomes, & Duarte, 2009). O tráfico de seres humanos é um crime, previsto no art. 160º (tráfico de pessoas) do Código Penal Português, de visibilidade crescente e que tem assumido proporções cada vez mais preocupantes à escala mundial (Resolução do Conselho de Ministros n.º 94-2010).

O TSH é um problema muitas vezes encoberto, devido a ocorrência de outros fenómenos, como por exemplo, a prostituição e a imigração ilegal, o que contribui para a confusão de conceitos. A clarificação dessas definições é necessária para avançar com êxito na luta ao tráfico de seres humanos e ao apoio a vítima (Couto, 2012; Couto & Machado, 2010).

De acordo com o protocolo adicional da Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional, relativo à prevenção, repressão e punição do tráfico de pessoas, em especial mulheres e crianças entende-se por ‘tráfico de pessoas’, “o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou o uso da força ou a formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamento ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tem autoridade sobre outra para fins de exploração” (art. 3º) (Gabinete para as Relações Internacionais Europeias e de Cooperação, 2003, p. 21). De acordo com a mesma fonte, citando o mesmo artigo, a referida exploração inclui, pelo menos, “a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, escravatura ou práticas similares a escravatura, a servidão ou a remoção de órgãos.”

Neste cenário de crise em que os indivíduos procuram melhores oportunidades de trabalho esperando ter um futuro melhor, há um aumento de imigração. Por vezes, aquilo que algumas pessoas encontram não corresponde ao que estariam à espera, aparecendo a exploração tanto a nível laboral como sexual, uma nova forma de escravatura (Abas et al., 2009).

Uma das premissas importantes para a prevenção é a de que se prolifere a pesquisa sobre o assunto, que haja mais campanhas informativas para a advertência sobre este fenómeno, divulgação através dos meios de comunicação social, e ações tanto a nível social como económicas.

Tendo por meta focalizar o combate ao tráfico de seres humanos, através da diminuição dos fatores que tornam as pessoas vulneráveis, como a pobreza, o subdesenvolvimento, a falta de oportunidades, os Estados Partes deverão cooperar entre si de uma forma bilateral ou multilateral; também deverão inserir e reforçar medidas legislativas, educacionais, sociais ou culturais com a finalidade de dissuadir a demanda que facilita a exploração para o tráfico de seres humanos.

Método

O estudo desenvolvido é de natureza quantitativa e tem carácter descritivo e exploratório, sendo o seu objetivo principal captar o conhecimento e a perceção que uma amostra da população portuguesa tem sobre o fenómeno de tráfico de seres humanos.

Em termos específicos procuramos: i) Avaliar o nível de conhecimento exibido pelos participantes sobre o fenómeno do TSH; ii) Compreender as perceções dos intervenientes sobre os aspetos sociodemográficos, organizativos e dinâmicos que envolvem o fenómeno do TSH; iii) Conhecer o nível de informação de que dispõem os inquiridos sobre a resposta social em Portugal para o problema do TSH.

A amostra intencional para este estudo foi constituída por 130 participantes, de ambos os sexos e com idades superiores a 16 anos. O contacto com os participantes neste estudo realizou-se através de participação dos mesmos em ações de formação realizadas pela Incomunidade (Cooperativa de Solidariedade Social). Os inquiridos são pessoas desempregadas ou que buscam emprego, que se encontram inscritas nos GIPs (Gabinete de Inserção Profissional).

A recolha de dados foi realizada através de um questionário _“Conhecimento e Perceção sobre o Tráfico de seres Humanos” (cf. anexo), construído para este estudo por Nunes, Sani, Caridade, Cruz, Fernandes, Moura, Nogueira, e Rial (2014). O instrumento está dividido em três partes:

Parte I - Dados Sociodemográficos: inclui questões como idade, estado civil, nacionalidade, concelho de residência, se vive só, escolaridade, situação ocupacional e qual a área/tipo de trabalho ou de estudos;

Parte II – Conhecimento do TSH: engloba questões abertas e fechadas que procuram obter informação sobre o conhecimento dos participantes sobre os aspetos gerais deste crime;

Parte III – Perceção do TSH: abarca questões que pretendem captar as perceções dos inquiridos sobre aspetos mais específicos do TSH e que permitam perceber quem, como, de que forma, porquê acabam envolvidos neste fenómeno criminal e os meios que se julgam estar disponíveis para o combater.

Prévio à realização do estudo, o questionário foi sujeito a um processo de validação que implicou a sujeição do mesmo a apreciação externa por meio de reflexão falada, no caso a dois técnicos do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) e de quatro outras pessoas leigas no tema do tráfico de seres humanos.

Foi ainda elaborado um consentimento informado. O instrumento foi administrado no início de cada ação de sensibilização ("Ação de sensibilização - Tráfico de Seres Humanos"). Inicialmente era fornecida uma breve explicitação do objetivo do estudo e dos procedimentos conducentes ao mesmo, considerando-se as especificidades que fossem detetadas (e.g., nível de iliteracia).

O questionário teve um tempo de resposta média de 15 minutos. Após a recolha aleatória dos questionários é que foi dado início às ações, que tiveram lugar em Custóias (05/03/2014); S. Mamede de Infesta (26/06/2014); Senhora da Hora (10/10/2014) e Leça da Palmeira (16/10/2014). No geral, foram realizadas no mesmo dia mais do que uma ação de sensibilização (até a um máximo de 3) com grupos que variam em média entre 20 a 40 pessoas.

Após a administração do questionário, os dados foram reunidos numa grelha do programa informático *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS), sendo realizadas as análises quantitativas determinadas pelos objetivos previamente definidos. Passamos de seguida à apresentação dos resultados obtidos.

Resultados

A. Parte I – Dados Sociodemográficos

Foram inquiridos, no total, 130 indivíduos (n amostral) de ambos os sexos (cf. Tabela 1), com idades compreendidas entre os 16 e os 64 anos, sendo a média etária de 38.66, com um desvio padrão de 13.16 numa amostra multimodal em que a maior frequência de idades correspondeu à faixa etária dos 46 aos 55 anos. A distribuição por categorias etárias foi reveladora de uma amostra predominantemente de meia-idade, atingindo 60.2% da amostra (cf. Tabela 2).

1.1. Sexo		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Feminino	66	50.8
Masculino	63	48.5
Total Parcial	129	99.3
Omissões	1	0.8
<i>n</i>	130	100

Tabela 1. Distribuição por frequências quanto ao sexo.

1.2. Idade		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Dos 16 aos 25	9	7.6
Dos 26 aos 35	28	23.7
Dos 36 aos 45	35	29.7
Dos 46 aos 55	36	30.5
Dos 56 aos 65	10	8.5
Total Parcial	118	90.8
Omissões	12	9.2
<i>n</i>	130	100

Tabela 2. Distribuição por frequências quanto à idade por intervalos.

Os participantes no estudo eram todos residentes, trabalhadores e/ou estudantes em Matosinhos, tratando-se de indivíduos cuja nacionalidade era maioritariamente portuguesa (96.2%), havendo também uma percentagem muito reduzida (2.3%) de

indivíduos de nacionalidade estrangeira, nomeadamente dos Barbados, Brasil e Moçambique (cf. Tabela 3).

1.3. Nacionalidade		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Portuguesa	125	96.2
Estrangeira	3	2.3
Total parcial	128	98.5
Omissões	2	1.5
<i>n</i>	130	100

Tabela 3. Distribuição por frequências quanto à nacionalidade.

Quanto à organização do agregado familiar, 72% dos inquiridos referiu viver acompanhado, no entanto 24% dos indivíduos afirma viver sozinho (cf. Tabela 4).

1.5. Vive só		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Sim	31	24
Não	94	72
Total parcial	125	96
Omissões	5	4
<i>n</i>	130	100

Tabela 4. Distribuição por frequências quanto a viverem sós ou acompanhados.

Relativamente aos que responderam que viviam acompanhados, verifica-se que 49.2% coabita com a família nuclear (de origem), enquanto 7.7% dos participantes vivem com a família nuclear alargada e 4.6% vive com a família alargada (cf. Tabela 5).

1.5.1. Com quem vive		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Família nuclear	64	49.2
Família nuclear alargada	10	7.7
Família alargada	6	4.6
Total parcial	80	61.5
Omissões	14	10.8
Não aplicável	36	27.7
<i>n</i>	130	100

Tabela 5. Distribuição por frequências relativamente às pessoas com quem coabitam.

As informações recolhidas permitiram verificar que a amostra incluiu de igual forma indivíduos solteiros (37.7%) e casados e/ou em situação de união de facto (37.7%), além de 29 participantes em situação de divórcio ou separação (22.3%) e duas pessoas viúvas (1.5%) (cf. Tabela 6).

1.6. Estado civil		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Solteiro	49	37.7
Casado(a) / União de Facto	49	37.7
Divorciado(a) / Separado(a)	29	22.3
Viúvo(a)	2	1.5
Total parcial	129	99.2
Omissões	1	0.8
<i>n</i>	130	100

Tabela 6. Distribuição por frequências quanto ao estado civil.

Em termos de escolaridade, a amostra caracterizou-se por possuir maioritariamente habilitações entre o 7º e 9º ano, seguido do 1º ciclo do ensino básico (1º e 4º ano) com 27.69% dos inquiridos, e posteriormente pelo 5º a 6º anos (22.3%). Ao 10º e o 12º anos correspondeu uma percentagem 10% dos participantes e ao ensino superior, nomeadamente Licenciatura, outra de 5.38%. Houve ainda um registo de uma pessoa sem qualquer tipo de habilitação escolar (cf. Tabela 7).

1.7. Escolaridade		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Sem escolaridade	1	0.8
Do 1º ao 4º (ano/classe)	36	27.7
Do 5º ou 6º anos	29	22.3
Do 7º ao 9º anos	40	30.8
Do 10º ao 12º anos	13	10.0
Ensino Superior: Licenciatura	7	5.4
Outro	3	2.3
Total parcial	129	99.2
Omissões	1	0.8
<i>n</i>	130	100

Tabela 7. Distribuição por frequências quanto à escolaridade.

Quanto à situação ocupacional dos participantes, verifica-se que embora a totalidade sejam desempregados, situação referida pela maioria (95.38%), existem alguns inquiridos que referem paralelamente outras situações como serem estudantes, trabalhadores (temporário) e domésticas (1.54%) (cf. Tabela 8).

1.8. Situação ocupacional		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Desempregado(a)	124	95.4
Estudante	2	1.5
Trabalhador(a)	2	1.5
Doméstico(a)	2	1.5
Total/n	130	100

Tabela 8. Distribuição por frequências quanto à situação ocupacional.

No que diz respeito à área/tipo de trabalho ou de estudos, a amostra caracterizou-se essencialmente por ocupações menos qualificadas de acordo com a Classificação Nacional das Profissões portuguesa (cf. Tabela 9).

1.8.1. Refira a sua área/tipo de trabalho ou de estudos		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Pessoal dos Serviços e Vendedores	21	16.2
Operários, Artífices e Trabalhadores Similares	17	13.1
Trabalhadores não qualificados	14	10.8
Técnicos e Profissionais de nível intermédio	10	7.7
Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	6	4.6
Pessoal Administrativo e Similares	5	3.8
Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	3	2.3
Forças Armadas	1	0.8
Quadros Superiores da Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresa	0	0.0
Total parcial	77	59.2
Não responde	53	40.8
N	130	100

Tabela 9. Área/tipo de trabalho ou de estudos.

Assim, destacam-se entre as profissões mais representadas o pessoal dos serviços e vendedores (16.2%), os operários, artificies e trabalhadores similares (13.1%) e trabalhadores não qualificados (10.8%), logo seguidos pelos técnicos e profissionais de nível intermédio (7.7%). Com percentagem reduzida surgem os operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem (4.6%), valor bastante próximo das profissões da categoria de pessoal administrativo e similares (3.8%). Nos dois últimos lugares encontram-se os especialistas das profissões intelectuais e científicas (2.3%) e as forças armadas (0.8%). Nesta amostra não foram detetados casos em que o respondente pertencesse aos quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresa ou a categoria na qual constam agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas.

Feita a caracterização da amostra em termos sociodemográficos, vamos avançar para a apresentação dos outros dados obtidos nas restantes partes temáticas previamente expostas, iniciando-se já de seguida a apresentação dos dados da população quanto ao conhecimento do Tráfico de Seres Humanos.

B. Parte II – Conhecimento do TSH

No seguimento do que se tem vindo a expor ao longo deste trabalho, o conhecimento sobre o Tráfico de Seres Humanos é de extrema relevância para a população em geral, uma vez que só percebendo o seu nível de conhecimento é possível projetar/planear ações e informações importantes para que a população fique de alguma forma sensibilizada para o fenómeno.

Assim no que se refere ao modo como os participantes conceptualizam o problema do TSH verificámos que há uma diversidade definições sobre o que representa o fenómeno e a que está associado (cf. Tabela 10).

2.1. O que entende por Tráfico de Seres Humanos (TSH)			
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)	Nº de respostas
Exploração	71	54.6	186
Emigração/ Procura de emprego	61	46.9	
Mobilidade	36	27.7	
Prostituição	11	8.5	
Tráfico de órgãos	5	3.8	
Crise	2	1.5	
Não responde	46	35.4	

Tabela 10. **Conceção sobre o Tráfico de Seres Humanos.**

A maioria dos participantes destaca a exploração (54.6%) como um elemento definidor do problema (e.g., “...*ser explorado no mercado de trabalho fora do seu país atual*”; “*é uma atitude desumana onde as pessoas traficadas não têm direitos, só obrigações e não têm liberdade de expressão, são mal tratadas e ficam em situação de miséria*”).

O fenómeno da emigração, muito associado à procura de emprego (46.9%) é igualmente uma das razões mais referidas para a existência de TSH (e.g., “...*uma pessoa que vai trabalhar para o estrangeiro com uma determinada função e depois será confrontada com outra situação.*”; “*Patrões ou donos de negócios que usam pessoas de outras nacionalidades ilegalmente.*”; “*Quando uma pessoa é aliciada profissionalmente e no final nada corresponde ao prometido.*”; “*Pessoas levadas para o estrangeiro pensando que vão trabalhar num bom emprego e afinal são escravizadas.*”).

Na definição que os participantes apresentam há também referência ao aspeto da mobilidade (27.7%) (e.g., “*mobilidade ilícita de uma pessoa, por exemplo, uma pessoa que vai trabalhar para o estrangeiro com uma determinada função e depois será confrontada com outra situação*”; “*...promover a deslocação para outra zona do país ou do mundo, de forma ilusória*”; “*...deslocar as pessoas do seu lar ou país para serem exploradas...*”).

Ainda assim foram referidos outros conceitos que se associam e definem de forma mais objetiva a violência e o crime inerente ao TSH, embora com percentagens mais baixas, tais como a prostituição (11%) e o tráfico de órgãos (3.8%) (e.g., “*Levar seres humanos para outro país a fim de se prostituírem...*”; “*...angariar pessoas para a venda de órgãos humanos e para prostituição e escravatura de trabalho.*”). Uma menção menos significativa foi dada à crise (1.5%) (e.g., “*É o flagelo que se vive atualmente também devido à falta de dinheiro e outras.*”).

No que refere ao acesso a informação sobre o tráfico de seres humanos, nos últimos dois anos, a maioria dos participantes (58.5%) assinalou que não a tiveram, existindo mais de um terço da amostra que afirma ter tido informação (37.7%). No entanto, há quem não responda a esta questão (3.8%) (cf. Tabela 11).

2.2. Se teve acesso a informação sobre o TSH, nos últimos dois anos		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Não	76	58.5
Sim	49	37.7
Total parcial	125	96.2
Não responde	5	3.8
<i>n</i>	130	100

Tabela 11. Acesso a informação sobre o TSH

Considerando apenas o grupo de participantes que afirmou ter sido informado sobre o tema do tráfico de seres humanos, destaca-se o contributo da comunicação social no fornecimento de informação aos respondentes (34.6%). Apresentando valores bem mais baixos surgem os amigos/familiares (2.3%), seguido das instituições (e.g., Cruz vermelha) (1.5%) e da literatura (0.8%).

2.2.1. Se respondeu “Sim”, refira quem (pessoa ou entidade) lhe forneceu tal informação

Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)	Nº de respostas
Comunicação social	45	34.6	51
Amigos/família	3	2.3	
Instituições	2	1.5	
Literatura	1	0.8	
Não se aplica	76	58.5	
Não responde	6	3.1	

Tabela 12. **Obtenção de informação sobre o TSH**

Em relação à suficiência da informação sobre o TSH, a maioria dos participantes afirmou que não é suficiente (76.2%), sendo que 19.2% dos participantes considerou que há informação. Houve ainda 4.6% de não respostas à questão (cf. Tabela 13).

2.3. Se considera que em Portugal, há informação suficiente a respeito do tráfico de seres humanos

Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Não	99	76.2
Sim	25	19.2
Total parcial	124	95.4
Não responde	6	4.6
<i>n</i>	130	100

Tabela 13. **Suficiência da informação sobre o TSH em Portugal.**

No seguimento da pergunta anterior, apenas para os que consideraram haver informação suficiente, fomos apurar que pessoa ou entidade terá contribuído para esse facto. A referência foi para a comunicação social (12.3%), seguindo-se com valor percentual mais baixo, a literatura, os órgãos de polícia criminal e a família, *ex aequo* (0.8%) (cf. Tabela 14).

2.3.1. Se respondeu “Sim”, refira quem (pessoa ou entidade) tem fornecido tal informação

Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)	Nº de respostas
Comunicação social	16	12.3	19
Literatura	1	0.8	
Órgãos de Polícia Criminal	1	0.8	
Família	1	0.8	
Não se aplica	99	76.2	
Não responde	13	10.0	

Tabela 14. **Contributos para a obtenção de informação sobre o TSH.**

D. Parte III – Percepção do TSH

Tendo sido já explorado através dos dados obtidos o conhecimento dos inquiridos sobre o tráfico de seres humanos, vamos agora passar a explicar os resultados acerca da percepção do fenómeno.

Inquiridos quanto a frequência com que ocorre o tráfico de seres humanos em Portugal a maioria dos indivíduos (43.8%) respondeu que “algumas vezes”, 20% revelou que “poucas vezes”, 15.4% respondeu “muitas vezes”, havendo ainda quem tenha assinalado (6.9%) que o fenómeno não ocorre. Por fim, há com um valor significativo (13.8%) quem não tenha respondido por alguma razão a esta questão (cf. Tabela 15).

3.1. Com que frequência ocorre o tráfico de seres humanos em Portugal		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Muitas vezes	20	15.4
Algumas vezes	57	43.8
Poucas vezes	26	20.0
Nenhuma vez	9	6.9
Total parcial	112	86.2
Não responde	18	13.8
<i>n</i>	130	100

Tabela 15. Percepção sobre a frequência do TSH em Portugal.

Sendo questionados acerca de existir outros crimes relacionados com o TSH, a resposta que “sim” (existe) e “não” (não existe), foram percentualmente igualitárias (40%). No entanto, uma margem (20%) que não respondeu (cf. Tabela 16).

3.2. Outros crimes relacionados com o tráfico de seres humanos		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Sim	52	40.0
Não	52	40.0
Total parcial	104	80.0
Não responde	26	20.0
<i>n</i>	130	100

Tabela 16. Outros crimes relacionados com o TSH.

Relativamente aos sujeitos que referiram que “Sim” na tabela anterior, questionados sobre os crimes mais associados ao TSH, os resultados foram os seguintes: em primeiro lugar vem referida a “exploração sexual” (16.9%), seguida da “exploração laboral” (11.5%) e do “tráfico de órgãos” (10%), apresentando valores mais baixos para o “tráfico de drogas” (6.2%), “exploração de menores” (5.4%), “tráfico de menores” (3.1%), “furto/roubo” (1.5%) e por último “tráfico de armas”, “rapto”, “corrupção”, “adoção ilegal” e “branqueamento de capitais” apresentam os menores valores (0.8%). Além disso, foram também referidos fenómenos sociais não criminais, como a desigualdade e as crises políticas (1.5%) (cf. Tabela 17).

3.2.1. Se respondeu que “Sim”, refira qual (ou quais)			
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)	Nº de respostas
Exploração sexual/Prostituição	22	16.9	78
Exploração laboral	15	11.5	
Tráfico de órgãos	13	10.0	
Tráfico de drogas	8	6.2	
Exploração de menores	7	5.4	
Tráfico de menores	4	3.1	
Furto/Roubo	2	1.5	
Tráfico de armas	1	0.8	
Rapto	1	0.8	
Corrupção	1	0.8	
Adoção ilegal	1	0.8	
Branqueamento de capitais	1	0.8	
Outros fenómenos não criminais (desigualdade e crises políticas)	2	1.5	
Não se aplica	52	40.0	
Não responde	35	26.9	

Tabela 17. **Perceção sobre os crimes mais associados ao TSH.**

Quanto à perceção sobre a evolução crescente do fenómeno do TSH, a maioria dos inquiridos, responde que “sim” (58.5%), existindo uma percentagem mais baixa de sujeitos (21.5%) que apresenta uma opinião contrária, i.é., pelo não aumento deste problema. Os restantes 20% não responderam à questão (cf. Tabela 18).

3.3. O tráfico de seres humanos tem aumentado		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Sim	76	58.5
Não	28	21.5
Total parcial	104	80.0
Não responde	26	20.0
n	130	100

Tabela 18. **Percepção sobre o crescimento do fenómeno TSH.**

Relativamente às justificações dadas pelos inquiridos para o aumento ou não do crime de tráfico de seres humanos (cf. Tabela 19), denota-se que são apresentados motivos muitos diversos como: a vulnerabilidade socioeconómica (24.6%) (e.g., *“Devido à precariedade as pessoas vão atrás de qualquer coisa que as faça ganhar algum dinheiro, tornando-se vulneráveis.”*; *“...Pobreza, desemprego leva as pessoas a iludirem-se com diversas situações...”*) ou a procura de emprego (22.3%) e a oportunidades fora do país (e.g., *“Com o desemprego há cada vez mais pessoas a prometer trabalho no estrangeiro o que leva as pessoas no seu desespero a aceitar e não ligam se há condições ou não”*).

3.3.1. SIM – o TSH tem aumentado porque:			
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)	Nº de respostas
Vulnerabilidade socioeconómica	32	24.6	87
Procura de emprego	29	22.3	
Comunicação social	15	11.5	
Associação a práticas ilícitas/desviantes	10	7.7	
Percepção pessoal	1	0.8	
NÃO – o TSH não tem aumentado porque:			
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)	
Ausência de Informação	11	8.5	13
Maior divulgação do fenómeno mas não aumento do fenómeno em si	2	1.5	
Não responde	60	45.4	

Tabela 19. **Justificações para o aumento ou não do TSH**

Para além destes outros elementos se juntam às explicações avançadas para justificar o aumento do fenómeno tais como o surgimento de notícias na comunicação social (11.5%),

associação a outras práticas ilícitas ou desviantes (7.7%) e da perceção pessoal que têm (0.8%).

Os inquiridos associam ainda o tráfico de seres humanos a atividades ilícitas ou desviantes (e.g., *“Derivado ao grande negócio mundial de mulheres para a prostituição e logo o aumento da droga...”*, *“Atendendo à migração ilegal.”*).

Há inquiridos que justificaram que o tráfico não tem aumentado, uma vez que não tem surgido informação sobre esta problemática (8.5%), considerando uma minoria que embora este fenómeno seja mais divulgado, tal não implica que tenha havido um crescimento do fenómeno (1.5%) (cf. Tabela 19).

No que diz respeito ao papel de Portugal no tráfico de seres humanos, Portugal é um país de origem (36.2%), é um país de trânsito (31.5%) e por fim é um país de destino (32.3%). Há porém inquiridos que consideram que Portugal não surge na rota do TSH (cf. Tabela 20).

3.4. Indique o papel que lhe parece ser o de Portugal, no TSH			
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)	Nº de respostas
País de origem	47	36.2	184
País de trânsito	41	31.5	
País de destino	42	32.3	
Nenhuma das opções	14	10.8	

Tabela 20. **Portugal na rota do TSH**

Quanto às razões que segundo os participantes explicam porque algumas pessoas caem mais facilmente nas redes do TSH, a mais referida surgiu relacionada com a “pobreza/dificuldades económicas” (70.0%), seguida do “desemprego” (57.7%). Outras justificações para o risco de ser ver envolvida no TSH é a “migração ilegal” (33.8%) características como “baixo nível de escolaridade” (26.9%) ou alguma “vulnerabilidade individual” (19.2%). Aspetos sociais como “crises políticas” (16.2%), “discriminação” (13.1%), “globalização” (10.0%) são igualmente referidos. Há quem assinale “Outro” (2.3%), indicando em específico o “aumento da criminalidade” e “crise monetária” (cf. Tabela 21).

3.5. Razão (ões) para que as pessoas caiam mais facilmente nas redes do TSH

Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)	Nº de respostas
Pobreza/Dificuldades económicas	91	70.0	324
Desemprego	75	57.7	
Migração ilegal	44	33.8	
Baixo nível de formação	35	26.9	
Vulnerabilidade individual	25	19.2	
Crises políticas	21	16.2	
Globalização	13	10.0	
Discriminação	17	13.1	
Outro	3	2.3	

Tabela 21. **Fatores de vulnerabilidade ao TSH.**

Quanto à maior vulnerabilidade de certos grupos em função da idade e do sexo constatou-se que o grupo que reúne maior consenso é o das mulheres jovens adultas (19 aos 35 anos) com uma percentagem de 51.5%, e o grupo de raparigas adolescentes (12 aos 18 anos) com 43.1%. Para além destes são também apontados o grupo dos homens jovens adultos com 40.8% e o dos rapazes adolescentes (12 aos 18 anos) com 34.6%.

Os menores de 12 anos foram grupos menos referenciados, respetivamente raparigas (30%) e rapazes (27.7%), seguindo-se o grupo de homens de meia-idade (23.1%), mulheres de mais-idade (14.6%), por fim homens e mulheres de mais idade e idosos (mais de 50 anos) ambos com uma percentagem igual de 4.6% (cf. Tabela 22).

3.6. Mais vulneráveis a serem vítimas de TSH			
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)	N de Resp.
Rapazes (menores de 12 anos)	36	27.7	357
Raparigas (menores de 12 anos)	39	30.0	
Rapazes adolescentes (12 aos 18 anos)	45	34.6	
Raparigas adolescentes (12 aos 18 anos)	56	43.1	
Homens jovens adultos (19 aos 35 anos)	53	40.8	
Mulheres jovens adultas (19 aos 35 anos)	67	51.5	
Homens meia-idade (36 aos 50 anos)	30	23.1	
Mulheres meia-idade (36 aos 50 anos)	19	14.6	
Homens mais idade e Idosos (> de 50 anos)	6	4.6	
Mulheres mais idade e Idosas (> de 50 anos)	6	4.6	

Tabela 22. **Grupos etários mais vulneráveis a serem vítimas de TSH**

Questionados sobre qual considera ser a relação entre vítima e a pessoa que a envolveu no tráfico de seres humanos, a maioria dos inquiridos referiu que seriam alguém conhecido (53.1%) ou de relações de trabalho (42.3%). Não menos significativo surgiram outro tipo de relações, por exemplo, de amizade (27.7%). A ausência de qualquer tipo de relação surgiu identificada com 20% e, por fim, com menor percentagem a relação familiar (6.1%) (cf. Tabela 23).

3.7. Indique qual considera ser, geralmente, a relação entre vítima e a pessoa que a envolve no TSH

Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)	Nº de respostas
Conhecidos	69	53.1	194
De trabalho	55	42.3	
De amizade	36	27.7	
Familiar	8	6.1	
Nenhuma	26	20.0	

Tabela 23. Relação entre a vítima e a pessoa que a envolve no TSH.

Procurou-se saber se alguma vez os inquiridos tiveram conhecimento e/ou contacto com uma situação de tráfico de seres humanos, tendo a maioria (80.8%) respondido que nunca manteve esse contacto. Apenas seis pessoas responderam que “sim”, o que equivale a 4.6% da amostra. Houve quem não respondesse (14.6%) (cf. Tabela 24).

3.8. Conhecimento/contacto com uma situação de tráfico de seres humanos

Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Não	105	80.8
Sim	6	4.6
Total parcial	111	85.4
Omissões	19	14.6
<i>n</i>	130	100

Tabela 24. Conhecimento/contacto com uma situação de TSH.

Perante o conhecimento de um caso de tráfico de seres humanos, dos seis sujeitos que afirmaram conhecer situações de TSH, quatro contactaram as autoridades, um não contactou e outro não respondeu à questão (cf. Tabela 25).

3.8.1. Contacto com as autoridades		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Sim	4	3.1
Não	1	0.8
Total parcial	5	3.8
Omissões	1	0.8
Não se aplica	124	95.3
<i>n</i>	130	100

Tabela. 25. **Contacto com as autoridades.**

As autoridades contactadas foram num caso a Polícia Judiciária, noutro o Tribunal e dois a Polícia de Segurança Pública (cf. Tabela 26).

3.8.1.1. Autoridade que contactou		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Polícia de Segurança Pública	2	1.5
Polícia Judiciária	1	0.8
Tribunal	1	0.8
Total parcial	4	3.1
Não se aplica	126	96.9
<i>n</i>	130	100

Tabela 26. **Autoridades contactadas devido ao TSH.**

No que diz respeito às medidas para prevenir/combater o tráfico de seres humanos constatou-se que 41.5% dos inquiridos diz serem “insuficientes”. A maioria porém classifica no geral as medidas como sendo suficientes para a prevenção do fenómeno, distribuindo-se a percentagem da seguinte forma: 30% revela ser “suficiente”, 9.2% classifica essas medidas num nível de “bom” e três indivíduos (2.3%) qualificam de “muito bom”. Há porém 16.9% e respostas omissas a esta questão (cf. Tabela 28).

3.9. Classificação de medidas para prevenir/combater o tráfico de seres humanos

Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Muito Bom	3	2.3
Bom	12	9.2
Suficiente	39	30
Insuficiente	54	41.5
Total parcial	108	83.1
Não responde	22	16.9
<i>n</i>	130	100

Tabela 27. Classificação de medidas para prevenir/combater o tráfico de seres humanos.

Análise reflexiva

O TSH tem suscitado nos últimos anos, sobretudo a partir da década de 90, um intenso debate público, político e judicial, impulsionado quer pelas diretrizes políticas europeias e internacionais nesta matéria, quer pelo aumento dos fluxos migratórios que entretanto se começaram a registar. Não obstante, tal não se tem refletido ao nível da investigação científica neste domínio, a qual se mostra ainda muito incipiente. Tendo por base esta realidade, o presente estudo teve como principal objetivo caracterizar o conhecimento e perceção que uma amostra (no caso em concreto, maioritariamente desempregados e de meia-idade) da população portuguesa tem sobre o TSH. Pretendia-se, deste modo, identificar as necessidades preventivas neste domínio e assim, mais facilmente, se delinear e propor ações preventivas face ao fenómeno, consensualmente/amplamente qualificado como uma séria violação dos direitos humanos (IOM, 2015).

Assim, um dos primeiros resultados alcançados neste estudo torna evidente o conhecimento relativo/pobre que os participantes deste estudo possuem sobre esta problemática do TSH, na medida em que uma percentagem substancial dos participantes a equiparam essencialmente a uma forma de exploração (54.6%), à necessidade de emigração para procura de outras oportunidades de emprego (46.9) ou à mobilidade (27.7%). Apenas uma minoria dos participantes conceptualizaram este fenómeno como estando associado à violência e ao crime, mais concretamente à prostituição (11%) e ao tráfico de órgãos (3.8%). Efetivamente, a literatura tem vindo a documentar que o TSH é um fenómeno complexo e de grande gravidade, sendo frequentemente equiparado a uma forma moderna de escravatura (Council of Europe, 2007 citado por Couto, 2012) ou apelidada por outros de “escravatura contemporânea” (IOM, 2015). Tendo por base os mais variados diplomas, nacionais e internacionais, de referência nesta área, Couto e Machado (2010) concluem que o TSH constitui um conceito de difícil operacionalização e como tal consideram que sua definição deverá atender a três importantes critérios/indicadores: i) as ações implicadas (sejam de recrutamento, transporte, alojamento e/ou receção de pessoas); ii) os meios utilizados para tal (e.g., recurso à ameaça, força ou outras formas de coação, fraude, rapto), e iii) e as suas finalidades, como sejam a exploração com vista à prostituição, exploração sexual, laboral, escravatura ou práticas idênticas, servidão ou extração de órgãos.

A ausência de um conhecimento mais objetivo deste fenómeno por parte dos participantes parece estar relacionada com o facto de estes não terem sido confrontados recentemente (últimos 2 anos) com informação sobre esta problemática, tal como admitido pela grande maioria da amostra (58.5%). Os que admitiram (37.7%) ter tido contacto com algum tipo de informação identificaram a comunicação social como tendo sido o principal meio utilizado para tal. A acrescentar a isto, a grande maioria dos participantes (76.2%) considerou ainda não existir no contexto português, informação suficiente a respeito do TSH. Nesta linha, uma percentagem considerável de participantes (41.5%) qualificou as medidas de combate ao TSH como sendo insuficientes para fazer face a este. Tomando em consideração estas evidências, sobressai desde logo a necessidade de se continuar a apostar na sensibilização e consciencialização das populações sobre este tipo de fenómenos, bem como na criação de outras estruturas que possam dar uma resposta mais específica e direcionada para as vítimas deste tipo de crime. Alguns organismos, como é o caso da Comissão para a Igualdade de Género, o Observatório de Tráfico de Seres Humanos e a EUROPOL e outros mecanismos implementados (como III Plano Nacional de Prevenção e Combate ao TSH) têm dado contributos importantes e notáveis em matéria de sensibilização para esta problemática (RASI, 2014). Torna-se pois necessário que se continue a mobilizar esforços neste âmbito, e que de forma articulada se procure trabalhar os diferentes aspetos instigadores desta problemática, junto de diferentes grupos populacionais, prestando particular atenção aos que constituem grupos de risco, como é o caso dos desempregados. Tal como defendido pela Organização Internacional das Migrações, é urgente que “(...) *a sociedade civil, incluindo as pessoas religiosas, continuamente se empenhe no sentido de se organizar numa rede coesa, com vista à harmonização de mecanismos de prevenção e de assistência das vítimas, seja nos países de origem como nos de destino*” (2015, pág. 5-6)

Concomitantemente, e embora os participantes considerem que este tipo de crime tem vindo a aumentar (58.5%), revelaram (cerca de 43.8%) uma certa relativização da ocorrência deste tipo de crime em Portugal, o que não é corroborado pelos dados oficiais que embora reportem um decréscimo das taxas de ocorrência em 2014 (182) comparativamente com 2013 (299), mostram que este não é crime infrequente no nosso país e que deverá continuar a integrar as agendas das instituições voltadas para a prevenção deste tipo de crime. Esta postura de relativização do fenómeno pelos participantes é ainda visível pelo facto de o associarem maioritariamente à prostituição (16.9%), à exploração laboral (11.5%) e ao tráfico de órgãos (10%), relevando alguma

minimização de outras dimensões mais sociais do fenómeno (ex.: desigualdade de género, crime organizado, pobreza, desemprego), não menos gravosas e igualmente preocupantes. De igual modo e ao contrário da perceção apresentada pelos participantes a respeito do papel de Portugal no TSH [que consideram que tanto poderá ser país de destino (32.3%), como de trânsito (31.5%) e origem (36.2%)], os dados oficiais documentam que em 2014, Portugal foi maioritariamente país de destino (70%), verificando-se no entanto uma percentagem nada negligenciável de situações onde Portugal ocupa um papel de origem (22%) e em menor número de trânsito (8%).

Não obstante, é no domínio das perceções dos participantes do estudo sobre o TSH que encontramos resultados mais satisfatórios/positivos. Mais concretamente, os participantes parecem possuir uma perceção mais adequada do fenómeno no que respeita à vulnerabilidade de certos grupos para o TSH, à relação entre a vítima e a pessoa que a envolve no TSH e aos fatores propulsores do TSH. Mais concretamente e no que respeita ao perfil das vítimas, a grande maioria (51.5%) dos participantes identificou sobretudo as mulheres jovens adultas (19 aos 35 anos), seguindo-se o grupo de raparigas adolescentes (12 aos 18 anos) com 43.1% e ainda o grupo dos homens jovens adultos com 40.8% e o dos rapazes adolescentes (12 aos 18 anos) com 34.6%. Os dados apresentados no relatório anual de segurança interna (2014) confirmam que são efetivamente as mulheres o grupo mais vitimado (123), na esmagadora maioria por tráfico para fins de exploração sexual (85 em 86). É uma realidade que o crescimento exponencial das mulheres no mercado de trabalho não se traduziu numa melhoria da sua condição socioeconómica, o que acaba por influenciar a qualidade das relações entre os géneros, vulnerabilizando as mulheres à experiência de certos fenómenos (OIM, 2015).

No que respeita às razões que instigam as pessoas ao TSH, os fatores de ordem estrutural, mais concretamente, as dificuldades económicas/pobreza (70%), desemprego (57.7%) e migração ilegal (33.8%) foram os mais destacados pelos inquiridos. Efetivamente, a literatura tem vindo a comprovar que a pobreza generalizada, as condições de vida precárias sejam em termos laborais ou sociais constituem os principais fatores que impelem os movimentos migratórios e os que mais vulnerabilizam as populações ao TSH (Couto, 2012; Machado & Couto, 2010). Tal decorre sobretudo das assimetrias/desigualdades registadas nas situações económicas dos diversos países e em que a migração surge como uma forma de suprir as carências económicas das pessoas oriundas de países economicamente mais desfavorecidos, fomentando-se assim as raízes

para a comercialização e exploração de pessoas (Couto, 2012). A procura por um futuro melhor e por melhores condições de vida leva a que as pessoas negligenciem os riscos e as precauções a adotar na hora de migrar (OIM, 2015), reforçando-se uma vez mais a necessidade de junto de determinados grupos de risco alertá-los para o risco inerente aos processos migratórios e cuidados a adotar.

Em suma, os resultados do presente estudo deixam clara a necessidade de se continuar a apostar na sensibilização e consciencialização para o fenómeno de TSH, sobretudo junto dos grupos considerados de risco (ex.: desempregados, mulheres). Não obstante, há questões de ordem estrutural (ex.: pobreza, desigualdades económicas entre países) associadas ao TSH, que não se compelem com este tipo de iniciativas e devem merecer particular atenção e reflexão por parte dos diferentes organismos, nacionais e internacionais, com competência nesta matéria.

Referências

- Abas, M., Albert, I., Araujo, I., Ghouayel, H. B., Borland, R., Butler, J., & Zimmermen, C. (2009). Caring for trafficked persons: Guidance for health provides. Consultado no website da UN.GIFT: http://www.ungift.org/docs/ungift/Steering-committee/CT_handbook.pdf
- Código Penal Português. <http://www.amnadvogados.com/downloads/CPENAL.pdf>
- Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (site). <http://www.cig.gov.pt/planos-nacionais-areas/trafico-de-seres-humanos/>
- Couto, D. (2012). Tráfico de seres humanos: Perceções sociais, percursos de vitimação e de sobrevivência. *Tese de Doutoramento não publicada*. Braga: Universidade do Minho
- Couto, D. & Machado, C. (2010). Tráfico de seres humanos e exploração sexual. In C. Machado (Coord.), *Novas formas de vitimação criminal* (pp.167-234). Braga: Psiquilibrios.
- International Organization for Migration (IOM) (2015). *Addressing human trafficking and exploitation in times of crisis. Evidence and recommendations for further action to protect vulnerable and mobile populations*. Retirado de http://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2015/07/CT_in_Crisis.pdf
- Ministério da Administração Interna (2014). *Relatório Anual de Segurança Interna (IASI)*. Lisboa: Direção Geral da Administração Interna.
- Organizações das Nações Unidas (2000). Guia legislativo para a implementação do protocolo adicional à convenção das Nações Unidas contra a criminalidade organizada transnacional relativo à prevenção, à repressão e à punição do tráfico de pessoas, em especial de mulheres e crianças. Disponível em <http://www.gddc.pt/cooperacao/materia-penal/textos-mpenal/onu/GuiaProtMulheres.pdf>
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 94-2010. *Diário da República, 1.ª série — N.º 231 — 29 de Novembro de 2010*.
- Santos, B., Gomes, C., & Duarte, M. (2009). Tráfico sexual de mulheres: Representações sobre ilegalidade e vitimação. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 87, 69-94.

Santos, B., Gomes, C., Duarte, M., & Baganha, M. (2008). *Tráfico de mulheres em Portugal para fins de exploração sexual*. Coleção estudos de género. Lisboa: CIG. Disponível em <http://www.cig.gov.pt/siic/2012/12/trafico-de-mulheres-em-portugal-para-fins-de-exploracao-sexual/>

Silva, C. & Albano, M. (2011). Tráfico de seres Humanos In A. I. Sani (Coord.), *Temas de Vitimologia: realidades emergentes e respostas sociais* (pp. 199-212) Coimbra: Editora Almedina.